

Revista Ética e Filosofia Política – Volume 10 – Nº 1

Junho de 2007

Editorial

Projeto de Declaração Sobre a tolerância

Redigido numa reunião de *experts* da UNESCO
ocorrida em Istambul - Turquia_

Revista Ética e Filosofia Política

Revista do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora • www.eticaefilosofia.ufjf.br

Como o passado bem o atesta, nenhuma sociedade, qualquer que seja seu sistema de valores, pode vangloriar-se de ser intrinsecamente dotada da virtude da tolerância e. inversamente. nenhuma sociedade não pode tão pouco ser acusada de intolerância permanente.

Os homens têm necessidade de convicções, mas como hoje são chamados a uma nova solidariedade, a viverem cada vez mais estreitamente uns com os outros, devem, mais do que nunca, velarem para que não deixem suas convicções desembocarem em comportamentos de exclusão. É fundamental que compreendam que, se são todos iguais em dignidade, eles se distinguem uns dos outros por seus talentos, suas convicções, suas crenças e que esta diferença é para cada um deles e para a civilização um elemento de enriquecimento, com a condição de que sejam asseguradas para todos os cidadãos possibilidades políticas, culturais, econômicas e sociais de troca e de participação em todos os níveis da vida pública.

Nisto reside o desafio de hoje e de amanhã.

Sabemos que a instauração de uma ordem planetária melhor é responsabilidade de todos nós, que o engajamento a serviço dos direitos do homem, da liberdade, da justiça, da paz e da preservação de nosso planeta é ao mesmo tempo possível e necessária; que a diversidade de nossas tradições religiosas e culturais não nos deve impedir de afrontarmos juntos as lutas contra todas as formas de desumanidade e de trabalharmos por cada vez mais humanidade: que os princípios expressos nesta Declaração podem tornar-se a profissão de fé de todos os homens dotados de sentido moral. quer este se apóie ou não sobre a religião.

Ao sair da guerra fria. a humanidade entrou numa nova fase de sua história. Ela dispõe hoje de suficientes recursos econômicos, culturais e espirituais para favorecer o advento de uma ordem planetária melhor. Mas novas tensões étnicas, nacionais, sociais e religiosas ameaçam a edificação pacífica deste mundo melhor. Nosso tempo conheceu progressos tecnológicos sem precedentes e portanto é forçoso constatar que a pobreza, a fome, a mortalidade infantil, o desemprego, a miséria e a destruição da natureza em escala mundial, longe de diminuírem, só fazem intensificarem-se. Numerosos povos são ameaçados pela ruína econômica, pelo caos social, pela marginalização política e pelo dilaceramento nacional.

Numa situação tão crítica. a humanidade tem necessidade não apenas de programas e ações políticas, mas ainda de uma visão: aquela da coexistência pacífica de todos os seres humanos. de todos os grupos étnicos e éticos e de todas as religiões: ela tem necessidade de esperança, de fins, de ideais, de normas, todas coisas enfim que os povos do mundo inteiro deixaram escapar de suas mãos. Isto é particularmente verdadeiro em nosso mundo contemporâneo: com efeito, onde um Estado moderno garante efetivamente a liberdade de consciência, um esforço comum se impõe para assegurar o respeito de convicções e de normas válidas para todos os seres humanos, quaisquer que sejam suas origens sociais, de cor da pele, sua língua ou religião.

Sabemos que hoje como ontem existem no mundo inteiro homens e mulheres

que são tratados de modo desumano e degradante. Foram espoliados de sua liberdade e de suas perspectivas: os direitos dos seres humanos são pisoteados: sua dignidade é achincalhada. Mas a força não cria o direito! Diante de todo ato de desumanidade, nossa convicção exige que todo ser humano seja tratado humanamente!

Isto significa que todo ser humano - sem distinção de sexo, de idade, de raça, de língua, de religião - está investido de uma dignidade inalienável e infringível e que tanto os indivíduos quanto os Estados precisam honrar esta dignidade e garantir sua proteção efetiva. O ser humano, tomado individualmente ou coletivamente deve sempre ser o sujeito do direito, o fim último, jamais um simples objeto explorado pela economia, política, mídia, os institutos de pesquisa ou empresas industriais, com fins de comercialização ou industrialização. Acrescentamos que, em nossa época, nenhum ser humano, nenhuma classe social, nenhum grupo de interesse, nenhum centro de poder e, do mesmo modo, nenhum estado, pode vangloriar-se de estar além do bem e do mal.

O mundo não é perfeito do modo que está e pode-se temer que não o será jamais. A violência, a morte, a intolerância, não podem senão torná-la ainda mais cruel e sombrio. Não há alternativa a uma tolerância que está longe de resolver todos os problemas mas que permite abordá-los com um espírito de abertura, de progresso e de paz.

Para responder a estas exigências, as medidas seguintes se impõem: a tolerância no espírito de todos e de cada um e na vida social e política requer uma atitude desprovida de arrogância nas relações entre as gerações, os sexos, os indivíduos, as comunidades assim como entre o homem e a natureza.

Os sistemas e os programas de educação deverão ser desenvolvidos para prepararem as gerações futuras para viverem em sociedades cambiantes e multiculturais como são as nossas.

Uma formação intelectual permitindo um julgamento livre, humilde e responsável deverá ser dada a cada um o mais cedo possível. Os manuais escolares deverão ser expurgados dos prejuízos e dos ressentimentos em relação a outros povos. Uma nova abordagem da ética e dos valores veiculados pelas diferentes religiões deverá ser introduzida. Assim serão constituídas as balizas indispensáveis para a formação de uma cultura da tolerância.

Em matéria de comunicação e da mídia, os governos, as instituições e os indivíduos, tomando consciência de seus imensos poderes, devem assegurar as responsabilidades que eles contraíram na formação dos espíritos no seio das sociedades atuais e de medir o impacto de sua mensagem sobre os comportamentos individuais e coletivos.

O conhecimento mútuo dos povos através das expressões artísticas contemporâneas deverá ser encorajado para evitar os pré-juízos tenazes e os estereótipos crônicos.

Todo pleito em favor da tolerância torna-se vão, a nível nacional e internacional, se uma representação equitável não for assegurada para todos, se os espaços de debate

livre não forem criados, se instâncias de reflexão e de arbitragem para uma resolução pacífica dos conflitos, não forem instituídas.

Então precisamos abrir avenidas que conduzam a novas solidariedades e a possibilidades de ação e de palavra ainda inexploradas.

A tolerância deve ser o novo nome da paz.

(Traduzido do texto em Francês fornecido pela UNESCO por Vera Vidal)